

Registrado às Fls. 79 do Livro

Próprio Nº 032

Secretaria: 12.12.18



GUARANÉSIA

PREFEITURA DA CIDADE

Publicado e afixado no local
de costume, no Quadro de
Atos desta Prefeitura.

Secretaria, 12.12.18

LEI Nº 2.272, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018

CRIA PROGRAMA DE LOTEAMENTO HABITACIONAL DE INTERESSE SOCIAL, VOLTADO PARA A POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA PARA FINS DE MORADIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O povo do município de Guaraniésia, por meio de seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e eu Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DA CRIAÇÃO DO LOTEAMENTO HABITACIONAL

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar Loteamento Habitacional de Interesse Social, voltado para a população de baixa renda para fins de moradia, localizado na gleba de terra denominada Capitão, destinando área de 135.194,27m², devidamente inserida no registro Cartório de Imóveis sob a Matrícula Nº 15.291.

§ 1º Fica o Poder Executivo autorizado a executar o Loteamento Habitacional utilizando de recursos da arrecadação advinda da alienação autorizada na presente Lei, bem como de recursos próprios, estaduais, federais, e, ainda, a aderir a programas habitacionais.

§ 2º O loteamento que trata a presente lei será destinado para fins residenciais, sendo permitida somente a instalação de serviços de baixo impacto juntamente com a função de habitação, que não causem riscos às edificações, observadas as demais leis municipais.

§ 3º As características do Loteamento Habitacional atenderão às exigências da Lei Municipal Nº 2.048/2016, que institui normas para o Parcelamento do Solo.

§ 4º A Secretaria de Desenvolvimento Socioeconômico é a pasta competente para dirimir as questões afetas ao Loteamento, sendo que poderá haver requisição de apoio de outras pastas, órgãos e entidades.

Art. 2º Para os efeitos desta lei entende-se por:

I - Loteamento Popular: a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes destinados a famílias de baixa renda;

II - Família de baixa renda: enquadra-se no conceito de família de baixa renda, o indivíduo cuja renda familiar bruta seja igual ou inferior a 04 (quatro) salários mínimos, considerando a somatória da renda de todos os membros da família, coabitantes.

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a desmembrar a quantidade de 392 (trezentos e noventa e dois) lotes de 155,00m² a 297,15m², totalizando área de 72.059,13m².

Art. 4º Os lotes serão disponibilizados apenas na forma de alienação, conforme o disposto no art. 17 da Lei Federal Nº 8.666/93.

Art. 5º Constitui parte também do loteamento habitacional as seguintes áreas e metragens:

- área verde com área total de 13.519,43 m²;
- área institucional com área total de 8.563,38 m²;

- ruas com área total de 41.052,33m².

Art. 6º O detalhamento de medidas e localização se encontram nos Anexos I, II e III da presente lei.

Art. 7º A título de alienação do imóvel fica estabelecido o valor por m² de 50% da base de cálculo para fins de ITBI estabelecido para o bairro da COHAB, que é reajustado anualmente por Decreto do Poder Executivo.

§ 1º O parâmetro utilizado no caput deve-se às características semelhantes e proximidade dos bairros.

§ 2º O valor da parcela e o número de parcelas serão estabelecidos e fixados no edital, levando-se em consideração a finalidade social do programa e a capacidade econômica dos interessados.

Art. 8º O projeto de loteamento deverá contemplar a infraestrutura básica de equipamentos urbanos de escoamento das águas pluviais, meio fio, sarjeta, iluminação pública, redes de esgoto sanitário, abastecimento de água potável e de energia elétrica pública e domiciliar e as vias de circulação pavimentadas ou não.

Art. 9º A implementação da infraestrutura nos loteamentos populares será realizada de acordo com a captação de recursos.

Art. 10. O Poder Executivo, através da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, disponibilizará uma planta padrão nos moldes de casa popular, sendo que os beneficiários que a utilizarem ficarão isentos do pagamento de taxas pelo exame, aprovação e licenciamento, bem como pela expedição do "habite-se", salvo o pagamento da ART (Anotação de Responsabilidade Técnica).

SEÇÃO ÚNICA DA DENOMINAÇÃO DO LOTEAMENTO

Art. 11. O presente Loteamento Habitacional será denominado: Conjunto Habitacional Nabi Miguel.

CAPÍTULO II DO CADASTRO SOCIAL

Art. 12. A população de baixa renda interessada deverá, obrigatoriamente, se inscrever no cadastro social a ser realizado pelo Poder Executivo Municipal.

Art. 13. O Cadastro Social será realizado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social que poderá ter o auxílio de outras Secretarias, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) cópia dos documentos pessoais, (RG e CPF) legível;
- b) comprovante de residência (conta de água, luz ou telefone);
- c) comprovante de renda ou desemprego de todos os membros da família que exerçam atividade remunerada. (Obs.: A renda ou o desemprego poderão ser comprovados



através de Declaração de Renda, holerites, cópia da Carteira de Trabalho, aviso prévio ou qualquer outro meio legal que possibilite a aferição);

d) cópia da matrícula escolar dos filhos;

e) cópia da certidão de nascimento dos filhos;

f) Certidão de casamento e averbação da separação/divórcio, em caso de união estável, apresentar documento devidamente registrado em cartório;

g) Número do Cadúnico;

Parágrafo único. Os dias, horários e local para realização do Cadastro Social serão divulgados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

Art. 14. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social deverá empreender diligências, juntamente com o Conselho Municipal de Habitação, para constatar a veracidade das informações do Cadastro Social, inclusive, confrontando-as com o registro constante de outros órgãos públicos.

Art. 15. O fornecimento de informações inverídicas ou documento falso implicará no imediato cancelamento do Cadastro Social, ficando a parte responsável proibida de receber qualquer benefício do Poder Público Municipal, além das sanções cíveis e penais cabíveis.

CAPÍTULO III DA SELEÇÃO

Art. 16. Os interessados na aquisição dos lotes deverão se atentar aos itens do art. 13 desta Lei.

§ 1º Caso o número de inscritos seja maior que o número de lotes disponíveis será procedido a realização de sorteio, em praça pública, com total transparência e acompanhamento de autoridades convidadas e cidadãos de reputação ilibada e idôneos.

§ 2º O Edital de Sorteio será amplamente divulgado.

Art. 17. Os cidadãos interessados a participarem do sorteio deverão preencher os seguintes requisitos:

a) ter renda familiar bruta igual ou inferior a 04 (quatro) salários mínimos, considerando a somatória da renda de todos os membros da família, coabitantes;

b) inscrição atualizada no Cadastro Social da Prefeitura de Guaraniésia/MG e no CADÚNICO do Governo Federal;

c) não ter sido beneficiário em qualquer programa habitacional ou doações do Governo Federal, Estadual ou Municipal;

d) não possuir outro imóvel, seja urbano ou rural, matriculado ou não no registro de imóvel em seu próprio nome ou em nome do cônjuge/companheiro;

e) regularidade dos demais documentos pessoais;

f) estar comprovadamente residindo em Guaraniésia/Minas Gerais há pelo menos 03 (três) anos (contrato de aluguel vigente, recibos ou contas de luz e água recentes em nome do interessado ou qualquer outro meio legal que possibilite a aferição)





Art. 18. O cidadão sorteado firmará um Contrato com a Prefeitura de Guaranésia, contendo todos os dados relativos ao imóvel adquirido, condições de pagamento e demais condições estabelecidas na presente lei e regras do Sorteio.

§ 1º O Edital de Sorteio e o Contrato deverão estipular o prazo máximo para início das obras de edificação da moradia, a partir da conclusão da infraestrutura básica pela Prefeitura, sob pena da perda do direito sobre o imóvel.

§ 2º O título de domínio definitivo do imóvel apenas será concedido após o cumprimento de todas as obrigações previstas no contrato e na presente lei.

Art. 19. O adquirente não poderá vender, doar, permutar, alugar, ceder ou transferir a qualquer título o imóvel adquirido enquanto não quitadas todas as obrigações assumidas na alienação.

§ 1º A violação ao caput deste artigo ensejará a imediata retomada do imóvel pelo Poder Público sem qualquer direito a devolução ou indenização, o cancelamento da inscrição no cadastro social e a proibição de receber qualquer benefício social do Município de Guaranésia, Minas Gerais, além da sua responsabilização civil, administrativa e penal.

§ 2º O imóvel advindo da alienação pode ser fornecido pelo donatário em garantia para financiamento habitacional junto às instituições bancárias, públicas ou privadas, após a quitação do valor total da alienação.

CAPÍTULO IV DA REGULAMENTAÇÃO DE CRITÉRIOS, PRAZOS E OUTROS

Art. 20. Esta Lei será regulamentada por Decreto do Poder Executivo com sua eficácia após a devida publicação.

Art. 21. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guaranésia, 12 de dezembro de 2018.


Laércio Cintra Nogueira
Prefeito de Guaranésia

Registrado às Fls. 12 do Livro

Próprio Nº 032

Secretaria: 05.11.19



GUARANÉSIA

PREFEITURA DA CIDADE

Publicado e afixado no local
de costume, no Quadro de
Avisos desta Prefeitura.

Secretaria, 05.11.19

LEI Nº 2.359, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019

ALTERA E ACRESCE NA LEI MUNICIPAL Nº 2.272, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018 QUE CRIA PROGRAMA DE LOTEAMENTO HABITACIONAL DE INTERESSE SOCIAL, VOLTADO PARA A POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA PARA FINS DE MORADIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O povo do município de Guaraniésia, por meio de seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e eu Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Altera e acresce na Lei Municipal Nº 2.272, de 12 de dezembro de 2018, que cria Programa de loteamento habitacional de interesse social, voltado para a população de baixa renda para fins de moradia e dá outras providências, os seguintes artigos, que passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Loteamento Habitacional de Interesse Social, voltado para a população de baixa renda para fins de moradia, com parte localizada em gleba de terra denominada Capitão, registrado sob a matrícula nº 15.291 e parte localizada em gleba de terra de propriedade de Itaiquara Alimentos S/A, sob a matrícula nº 11.786, com área total de 224.009,83m².

§5º Fica autorizada a desapropriação amigável ou judicial da área discriminada no artigo 1º, do Decreto Municipal nº 2.006, de 19 de setembro de 2019, que declarou de utilidade pública e interesse social, para fins de desapropriação e execução de programa habitacional, uma gleba de terras rurais, cujo perímetro é de 3.933,58 m e a área total de 9,5619 ha, com acessões e benfeitorias porventura existentes, localizada no zoneamento urbano do Município, de propriedade de Itaiquara Alimentos SA., sociedade anônima com sede social situada na Fazenda Itaiquara, no Município de Tapiratiba-SP, inscrita no CNPJ sob o nº 72.111.321/0001-74, NIRE nº 35.300.012.577, cuja matrícula é a de nº 11.786, Livro 2 BP, fls. 120/123 vº, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Guaraniésia – MG.

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a constituir loteamento com 735 (setecentos e trinta e cinco) lotes destinados à habitação, com metragens de 161,11 m² a 245,53 m², totalizando a área de 134.246,60 m².

Art. 5º Constitui parte integrante do loteamento habitacional as seguintes áreas e metragens:

- área verde com área total de 22.546,93 m²;
- área institucional com área total de 3.113,15m²;
- ruas com área total de 64.103,15m².



GUARANÉSIA

PREFEITURA DA CIDADE

...

Art. 21. Os recursos da arrecadação advinda da alienação autorizada na presente Lei, obrigatoriamente, serão depositados em conta específica do Fundo Municipal de Habitação, conforme a Lei Municipal nº 1.767, de 16 de novembro de 2009.

Art. 22. O pagamento da indenização decorrente da desapropriação amigável ou judicial, bem como de qualquer outra despesa advinda do Loteamento Habitacional, poderá ser efetivado por meio de recursos provenientes do Fundo Municipal de Habitação ou de recursos próprios.

Art. 23. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Guaraniésia, 05 de novembro de 2019.



Laércio Cintra Nogueira
Prefeito de Guaraniésia

Registrado às Fls. 39 do Livro
Próprio Nº 014
Secretaria: 05.1.04.19



GUARANÉSIA
PREFEITURA DA CIDADE

Publicado e afixado no local
de costume, no Quadro de
Avisos desta Prefeitura.
Secretaria, 05.1.04.19

DECRETO Nº 1.983, DE 05 DE ABRIL DE 2019.

**“Regulamenta a Lei 2.272, de 12 de dezembro de 2018 do
Município de Guaranésia e dá outras providências.”**

O Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Guaranésia,
Estado de Minas Gerais, no exercício de suas atribuições legais
previstas no art. 71, inciso VI e art. 95 todos da Lei Orgânica
Municipal,

Considerando o disposto no art. 20, da Lei Municipal nº 2.272, de
12 de dezembro de 2018, que cria o Programa de Loteamento
Habitacional de Interesse Social, “**Conjunto Habitacional Nabi
Miguel**”, voltado para a população de baixa renda para fins de
moradia e dá outras providências;

Considerando a necessidade de regulamentação dos
pormenores envolvendo o programa habitacional de interesse
social, salvaguardando o interesse público.

Decreta:

Art. 1º. O Programa de Loteamento Habitacional de Interesse Social, voltado para
a população de baixa renda para fins de moradia, criado pela Lei Municipal nº 2.272/2018
disponibilizará 390 lotes, de 155 m² a 297,15 m², cuja matrícula de origem no Cartório de
Registro de Imóveis local é a nº 15.291, conforme critérios estabelecidos na própria lei e no
presente decreto regulamentar.

Art. 2º. A alienação dos lotes no âmbito do programa habitacional criado pela Lei
Municipal 2.272/2018 é dispensada de licitação, nos moldes da letra “f”, inciso I, do art. 17, da
Lei 8.666/93, uma vez preenchidos todos os requisitos previstos no *caput* do referido artigo, e
ocorrerá após o devido registro do loteamento no Cartório de Registro de Imóveis local.

§1º. A alienação mencionada no *caput* se dará por meio de chamada pública e
posterior sorteio dentre os interessados credenciados, a ser realizado em local adequado,
definido no competente edital a ser publicado.



GUARANÉSIA

PREFEITURA DA CIDADE

§2º. O edital obsevará a Lei Municipal nº 2.272/2018 e o presente decreto, além de todo o ordenamento jurídico vigente, sobretudo, com todo o rigor necessário, aos princípios que regem a Administração Pública, insculpidos no *caput*, do artigo 37, da CF/88.

§3º. O edital será amplamente divulgado na forma prevista no art. 95 da Lei Orgânica Municipal, e será afixado em demais locais de amplo acesso ao público, chamadas na rádio, jornais e outros meios de divulgação.

Art. 3º. Devido ao possível elevado número de cadastros, da burocracia que envolve o cadastramento no sistema do governo federal denominado de CADÚNICO, para fins de efetividade dos trabalhos, inclusive para definições de data a serem lançadas no edital, fica estabelecida a realização de um pré-cadastro, com disponibilização de formulários e lista dos documentos necessários.

§1º O pré-cadastro mencionado no *caput* aferirá a dimensão da população de baixa renda interessada nos lotes que serão disponibilizados, conscientizando e esclarecendo todas as dúvidas dos cidadãos interessados.

§2º Para a realização do pré-cadastramento será dada publicidade por meio de faixas, divulgação pelas emissoras de rádio da cidade, nas redes sociais oficiais e no sítio eletrônico oficial da Prefeitura Municipal de Guaraniésia.

§3º O Prefeito designará por meio de portaria uma Comissão Especial, composta de no mínimo 3 (três) servidores, com a incumbência de executar e tomar todas as providências administrativas relacionadas à Lei nº 2.272/18 e ao presente Decreto, sempre com o auxílio e fiscalização do Conselho Municipal de Habitação em todo o processo, criado pela Lei Municipal 1.767/2009 e nomeado por Portaria do Chefe do Executivo.

§4º O pré-cadastramento não exclui a possibilidade de cadastro, após a publicação do edital, devendo ser fixada no edital, com prazo razoável, a fase de credenciamento dos interessados a participarem oficialmente da seleção.

§5º Os cidadãos que realizarem o pré-cadastramento, no momento do credenciamento previsto no edital, terão que obrigatoriamente confirmar seu interesse em participar da seleção por meio de declaração.

Art. 4º. Os requisitos para o pré-cadastro e para o credenciamento no edital serão os mesmos, conforme exigências dos artigos 13 e 17 da Lei Municipal nº 2.272/2018.

§1º Para a inscrição no CADÚNICO os requisitos e documentos necessários são os exigidos pelo Governo Federal e seguem as regras do Decreto Federal nº 6.135/2007.

§2º As pessoas que já possuem o CADÚNICO devem estar com o cadastro



devidamente atualizado, conforme exigências do próprio sistema do governo federal, e caso não estejam deverão proceder à devida atualização.

§3º O edital poderá fixar critérios objetivos de classificação para participação do sorteio, a depender da demanda apurada na fase de pré-cadastro, sempre observando os princípios e objetivos do art. 3º da Lei 8.666/93 e do presente programa habitacional voltado exclusivamente para pessoas carentes e de baixa renda.

Art. 5º. Para fins da **comprovação de residência** no Município há pelo menos 3 (três) anos, exigida na letra "b", do art. 13, e na letra "f", do art. 17, da Lei Municipal, será exigida **declaração** de residência no Município há mais de três anos, acompanhada de quaisquer dos documentos a seguir elencados: contas de energia elétrica, telefone (celular), gás e água; boletos bancários; contratos de locação em vigor; declaração do Imposto de Renda Pessoa Física 2018/Ano Calendário 2017; documentos emitidos pelo Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS ou pela Secretaria da Receita Federal – SRF; comprovante de pagamento de salário que contenha o endereço; declaração do Centro de Saúde respectivo, que contenha seu endereço residencial ou outros documentos equivalentes que serão avaliados pela Comissão Especial competente.

Art. 6º. A **comprovação da renda** segue os moldes exigidos para o cadastro no CAÚNICO, ou seja, o cidadão que estiver desempregado ou autônomo, que não possuir comprovação oficial de renda, por meio de registro na CTPS, declaração de imposto de renda, holerites, e outros documentos afins, deverá apresentar a CTPS sem registro atual e exarar uma declaração de composição de sua renda familiar, bem como de que está ciente de que a falsidade de qualquer informação prestada, o sujeita às penalidades previstas no Código Penal Brasileiro.

Art. 7º. Os requisitos previstos nas letras "a", "c", "d" e "f", do art. 17, da Lei Municipal 2.272/2018, serão objetos de declarações a serem firmadas pelos cidadãos interessados, devendo obrigatoriamente constar das referidas declarações que estão cientes de que as falsidades de quaisquer informações prestadas os sujeitam às penalidades previstas no Código Penal Brasileiro.

Art. 8º. Por analogia ao §3º, do art. 43, da Lei 8.666/93, é facultada à Comissão Especial, em qualquer fase anterior ao sorteio, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, no que tange ao cumprimento dos requisitos, vedada a inclusão em fase posterior de documento ou informação, contrariando o previsto no edital.

Art. 9º. A alienação dos lotes será onerosa, conforme previsão legal do art. 7º da lei, cujo preço consiste em 50% da base de cálculo para fins de ITBI, estabelecido para o Bairro



GUARANÉSIA
PREFEITURA DA CIDADE

da Cohab, e, portanto, para o exercício de 2019 está no valor de R\$51,20 (cinquenta e um reais e vinte centavos) o metro quadrado.

§1º No edital ficará estabelecido os pagamentos por meio de 1 (uma) a 84 (oitenta e quatro) parcelas, cuja opção será feita pelo cidadão contemplado no sorteio e constará do instrumento contratual a ser firmado, constando também que os valores sofrerão reajustes anuais pelos índices oficiais da inflação, segundo o INPC (índice nacional de preços ao consumidor).

§2º Os valores recebidos serão depositados em uma conta bancária específica de titularidade do Município.

§3º O não pagamento de 5 (cinco) parcelas consecutivas ou 10 (dez) alternadas ensejarão a notificação do cidadão para pagamento das parcelas em atraso no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, sob pena de rescisão contratual e reversão do imóvel ao Município de Guaranésia, sem direito a qualquer indenização.

§4º Excepcionalmente o prazo previsto no §3º do presente artigo poderá ser prorrogado, havendo um parcelamento da dívida, quando haja justo motivo comprovado para os atrasos, sendo que todos os casos devem ser avaliados e aprovados pelo Conselho Municipal de Habitação, após justificativa e relatório social a ser elaborado pela Assistência Social do Município.

Art. 10. Imediatamente após a finalização das obras de infraestrutura prevista no art. 8º, da Lei nº 2.272/18, a cargo do Município, a Secretaria de Obras e Urbanismo emitirá o alvará de conclusão e aceitação das obras do loteamento.

Parágrafo único. No contrato ficará estipulado que o cidadão terá o prazo de até 4 (quatro) anos para concluir a construção de seu imóvel a partir da data da emissão do alvará mencionado no *caput* do presente artigo, sob pena de reversão do imóvel ao patrimônio do Município, sem direito a qualquer indenização.

Art. 11. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Guaranésia, 05 de abril de 2019.



LAÉRCIO CINTRA NOGUEIRA
Prefeito de Guaranésia



DECRETO N.º 1.995, DE 1º DE JULHO DE 2019.

“ACRESCE AO DECRETO N.º 1.983, DE 05 DE ABRIL DE 2019, QUE REGULAMENTA A LEI N.º 2.272, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018, DO MUNICÍPIO DE GUARANÉSIA, DISPOSITIVOS ACERCA DA REGULAMENTAÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO DO “CONJUNTO HABITACIONAL NABI MIGUEL”, VOLTADO PARA A POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA PARA FINS DE MORADIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Guaraniésia, Estado de Minas Gerais, no exercício de suas atribuições legais previstas no art. 71, inciso VI e art. 95 todos da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o disposto no art. 20, da Lei Municipal nº 2.272, de 12 de dezembro de 2018, que cria o Programa de Loteamento Habitacional de Interesse Social, “*Conjunto Habitacional Nabi Miguel*”, voltado para a população de baixa renda para fins de moradia e dá outras providências;

Considerando a necessidade de regulamentação dos critérios de seleção para distribuição dos lotes referentes ao programa habitacional de interesse social, salvaguardando todos os princípios constitucionais aplicáveis à Administração Pública, mormente o interesse público.

DECRETA:

Art.1º. Fica alterado o Decreto Municipal nº 1.983, de 05 de abril de 2019, acrescentando artigos, parágrafos, incisos e alíneas com a seguinte redação:

“Art. 10-A. Para participação no Programa de Loteamento Habitacional de Interesse Social, voltado para a população de baixa renda para fins de moradia, criado pela Lei Municipal nº 2.272/2018, ficam estabelecidos os seguintes critérios de pontuação para classificação do titular cadastrado, conforme informações devidamente comprovadas por meio dos documentos já exigidos no cadastro realizado:

- a) Residir em imóvel alugado – 2 pontos;
- b) Ser casado(a) ou conviver em união estável – 2 pontos;
- c) Possuir filhos menores de 16 anos, desde que até 31/12/2019 não possuam tal idade – 1 ponto por filho;

d) Deficiente na família, coabitante do titular ou o próprio titular, independentemente da idade – 1 ponto;

e) Renda per capita dos coabitantes:

- Zero a R\$400,00 (quatrocentos reais) – 3 pontos;

- R\$400,01 (quatrocentos reais e um centavo) a 1 salário mínimo – 2 pontos;

- acima de 1 a 4 salários mínimos – 1 ponto.

Parágrafo único: Havendo empate na pontuação, o critério de desempate será a maior idade do titular cadastrado.

Art. 10-B. Será eliminado da seleção aquele que:

a) Não possuir o CADÚNICO.

b) Obtiver pontuação igual a zero;

c) For proprietário de qualquer imóvel, seja na área urbana ou na rural, com destinação comercial ou residencial;

Art. 10-C. Será publicada até 12 de agosto de 2019, no mural da Prefeitura e no sítio eletrônico oficial do Município de Guaraniésia, a lista dos inscritos durante o cadastro, já classificados conforme os critérios estabelecidos no presente decreto, aptos a participarem do programa habitacional, com as respectivas pontuações.

§1º. Será concedido o prazo até 02 de setembro de 2019, para interposição de recursos administrativos referentes à classificação mencionada no *caput*, pelos respectivos titulares dos cadastros, dirigidos ao Sr. Prefeito.

§2º. Será concedido o prazo até 12 de setembro para que sejam proferidas decisões administrativas fundamentadas dos recursos interpostos, que serão devidamente publicadas no mural da Prefeitura e no sítio eletrônico oficial do Município de Guaraniésia.

§3º. No dia 13 de setembro de 2019 será publicada lista classificatória definitiva dos cadastrados aptos a participarem da alienação dos lotes.

Art. 10-D. Após o prazo estipulado no §3º, do art. 10-C, será publicado o edital para alienação dos lotes, com fulcro na letra "P", do inciso I, do art. 17, da Lei 8.666/93.

§1º. Os melhores classificados, conforme a lista de classificação definitiva publicada, no mesmo número de lotes disponíveis, participarão do sorteio público para contemplação da alienação, nos termos do artigo 16, da Lei Municipal 2.272/2018.



GUARANIÉSIA

PREFEITURA DA CIDADE

§2º. Os cadastros realizados no período de 8 a 22 de maio de 2019 para o presente programa habitacional, que ocorreu após ampla divulgação, serão utilizados como banco de dados para futuros programas habitacionais no âmbito municipal e para ampliação dos programas em andamento, sempre sujeitos a confirmação dos dados e informações dos cadastrados.”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, no local de costume, revogando as disposições em contrário.

Paço Municipal de Guaraniésia, 1º de julho de 2019.

Laércio Cintra Nogueira

Prefeito do Município

ADM 2017/2020



DECRETO Nº 2.004 DE 09 DE SETEMBRO DE 2019.

“ALTERA O DECRETO Nº 1.983, DE 05 DE ABRIL DE 2019, QUE REGULAMENTA A LEI Nº 2.272, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018, DO MUNICÍPIO DE GUARANÉSIA, QUE CRIA O PROGRAMA DE LOTEAMENTO HABITACIONAL DE INTERESSE SOCIAL, “CONJUNTO HABITACIONAL NABI MIGUEL”, VOLTADO PARA A POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA PARA FINS DE MORADIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

O Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Guaraniésia, Estado de Minas Gerais, no exercício de suas atribuições legais previstas no art. 71, inciso VI e art. 95 todos da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o disposto no art. 20, da Lei Municipal nº 2.272, de 12 de dezembro de 2018, que cria o Programa de Loteamento Habitacional de Interesse Social, “*Conjunto Habitacional Nabi Miguel*”, voltado para a população de baixa renda para fins de moradia e dá outras providências;

Considerando a grande quantidade de inscritos, de recursos administrativos interpostos e da necessidade de realização de diligências, imprescindível a alteração das datas para decisão e divulgação da lista classificatória para participação no programa habitacional de interesse social, salvaguardando todos os princípios constitucionais aplicáveis à Administração Pública, mormente o interesse público.

DECRETA:

Art.1º. Ficam alterados os §2º e §3º, do art. 10-C, do Decreto Municipal nº 1.983, de 05 de abril de 2019, que passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 10-C.

§2º. Serão proferidas até 12 de novembro de 2019 as decisões administrativas fundamentadas dos recursos interpostos e devidamente publicadas no mural do Paço Municipal e no sítio eletrônico oficial do Município de Guaraniésia.

§3º. Até o dia 13 de novembro de 2019 será publicada lista classificatória dos cadastrados aptos a participarem da alienação dos lotes.

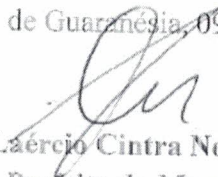


GUARANÉSIA

PREFEITURA DA CIDADE

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, no local de costume, revogando as disposições em contrário.

Paço Municipal de Guaraniésia, 09 de setembro de 2019.


Laércio Cintra Nogueira
Prefeito do Município
ADM 2017/2020

DECRETO Nº 2.005 DE 12 DE SETEMBRO DE 2019.

“ALTERA O DECRETO Nº 1.983, DE 05 DE ABRIL DE 2019, QUE REGULAMENTA A LEI Nº 2.272, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018, DO MUNICÍPIO DE GUARANÉSIA, QUE CRIA O PROGRAMA DE LOTEAMENTO HABITACIONAL DE INTERESSE SOCIAL, “CONJUNTO HABITACIONAL NABI MIGUEL”, VOLTADO PARA A POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA PARA FINS DE MORADIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

O Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Guaraniésia, Estado de Minas Gerais, no exercício de suas atribuições legais previstas no art. 71, inciso VI e art. 95 todos da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o disposto no art. 20, da Lei Municipal nº 2.272, de 12 de dezembro de 2018, que cria o Programa de Loteamento Habitacional de Interesse Social, “*Conjunto Habitacional Nabi Miguel*”, voltado para a população de baixa renda para fins de moradia e dá outras providências;

Considerando a grande quantidade de inscritos, de recursos administrativos interpostos, da necessidade de realização de diligências, além do volume de reclamações no tocante à oportunidade recursal para análise de eventuais correções nos cadastros realizados;

Considerando que o edital de chamamento público ainda não foi publicado e que trata-se de procedimento prévio, com observância de requisitos objetivos para participação e formação de banco de dados para a efetivação do programa habitacional;

Considerando caracterizada a necessidade de reabertura do prazo para interposição de recursos, salvaguardando todos os princípios constitucionais aplicáveis à Administração Pública, mormente o interesse público.

DECRETA:

Art.1º. Fica acrescido o §4º, no art. 10-C, do Decreto Municipal nº 1.983, de 05 de abril de 2019, com a seguinte redação:

Art. 10-C.



GUARANÉSIA

PREFEITURA DA CIDADE

§4º. Fica reaberto o prazo para interposições de recursos administrativos, previstas no §1º, por mais quinze dias, no período de 16 a 30 de setembro de 2019, cabendo à Comissão Especial e às Secretarias envolvidas dar ampla publicidade da oportunidade recursal a todos os interessados.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, no local de costume, revogando as disposições em contrário.

Paço Municipal de Guaraniésia, 12 de setembro de 2019.

Laércio Cintra Nogueira

Prefeito do Município

ADM 2017/2020